TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL — AUDITOR — CONCURSO PÚBLICO

Auditor de Tribunal de Contas — Nomeação sujeita à prestação de concurso público (art. 37 — II da Constituição Federal).

Medida cautelar deferida, para a preservação dessa exigência.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.966

Requerente: Partido dos Trabalhadores — PT

Requerida: Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo

Relator: Sr. Ministro Octávio Gallotti

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, *deferir, em parte*, o pedido de medida cautelar, para *suspender*, no § 5º do art. 74 da Constituição do Estado

do Espírito Santo, na redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 16, de 14/12/1998, a eficácia da expressão “*e serão nomeados, depois de aprovada a escolha pela Assembléia Legislativa, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta anos de idade, de idoneidade moral, e Bacharéis em Direito, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis de nível superior, ou com mais*

de dez anos de exercício de função pública comprovada”.

Brasília, 17 de março de 1999.

Celso de Mello — Presidente

Octávio Gallotti — Relator

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO OCTÁVIO GALLOTTI: Perante os artigos 37, II e 73, § 4º, da Carta Federal, é impugnado, por meio desta ação, o § 5º do art. 74 da Constituição do Estado do Espírito Santo, com a redação que lhe conferiu a Emenda nº 16, de 14 de dezembro de 1998 e é a seguinte:

“§ 5º. Os auditores do Tribunal de Contas do Estado, observada a ordem de antigüidade, além de outras atribuições definidas em lei, são os substitutos legais dos Conselheiros e serão nomeados, depois de aprovada a escolha pela Assembléia Legislativa, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta anos de idade, de idoneidade moral, e Bacharéis em Direito, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis de nível superior, ou com mais de dez anos de exercício de função pública comprovada”. (fls. 38)

Em abono de sua tese, argumenta, em suma, o requerente:

“A Emenda nº 016/98 à Constituição do Estado do Espírito Santo, ao criar a possibilidade de o cargo de Auditor do Tribunal de Contas do Estado ser provido mediante nomeação, depois de aprovada a escolha do seu ocupante pela Assembléia Legislativa, cria uma espécie de servidor público que não encontra uma definição na doutrina pátria, representando uma inversão da norma constitucional que impõe o concurso público como forma de acessibilidade aos cargos e empregos públicos.

Como visto, o § 5º do artigo 74 da Constituição Estadual então vigente, além de ser incompatível com a norma contida no § 4º do Artigo 73 da Constituição Federal, afronta a norma constitucional disposta no artigo 37, inciso II da Constituição Federal.

Disposição idêntica à contida no § 5º do

artigo 74 já foi objeto de apreciação de mérito por essa Excelsa Corte em sede de ação direta da inconstitucionalidade — ADIn 1.067-1, proposta pela Procuradoria Geral da República, em questionamento sobre a constitucionalidade do artigo 79 da Constituição do Estado de Minas Gerais.” (fls. 7/8)

Para apreciação do pedido de medida liminar, trago os autos à Mesa do Plenário.

VOTO

O SENHOR MINISTRO OCTÁVIO GALLOTTI — (Relator): Ao abandonar um texto original que homenageava o princípio do concurso público para o acesso ao cargo de Auditor do Tribunal de Contas, envolveu o poder constituinte derivado do Estado do Espírito Santo, para a solução que vem sendo repelida, em circunstância análogas, pela jurisprudência do Supremo Tribunal. Exemplifique-se a assertiva com a transcrição de tópico da ementa do acórdão proferido na Ação Direta nº 1.067, relator o eminente Ministro Carlos Velloso:

“I. — Inconstitucionalidade do art. 79, “caput” e incisos I a IV, da Constituição do Estado de Minas Gerais, que dispensam o concurso público de provas ou de provas e títulos, para a investidura no cargo de Auditor do Tribunal de Contas do Estado. Ofensa ao art. 37, II, da Constituição Federal.” (DJ de 21-11-97)

Ante a relevância jurídica da fundamentação da inicial e à óbvia conveniência de prevenir nomeações sujeitas a séria contestação, defiro, em parte, o pedido de medida liminar para suspender, no § 5º do art. 74 da Constituição do Espírito Santo, a eficácia da expressão “e serão nomeados, depois de aprovada a escolha pela Assembléia Legislativa, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta anos de idade, de idoneidade moral, e Bacharéis em Direito, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis de nível superior, ou com mais de dez anos de exercício de função pública comprovada”.

EXTRATO DE ATA

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº
1.966-0 — medida liminar

Proded.: Espírito Santo

Relator: Min. Octávio Gallotti

Reqte.: Partido dos Trabalhadores — PT

Advda.: Eva Pires Dutra

Reqda.: Assembléia Legislativa do Estado
do Espírito Santo

Decisão: O Tribunal, por votação unânime, deferiu, em parte, o pedido de medida cautelar, para suspender, no § 5º do art. 74 da Constituição do estado do Espírito Santo, na redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 16, de 145/12/1998, a eficácia da expressão “*e serão nomeados, depois de aprovada a escolha pela Assembléia Legislativa, dentre*

brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta anos de idade, de idoneidade moral, e Bacharéis em Direito, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis de nível superior, ou com mais de dez anos de exercício de função pública comprovada”. Votou o Presidente. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Ministro Ilmar Galvão. Plenário, 17.3.99.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Néri da Silveira, Sydney Sanches, Octávio Gallotti, Sepúlveda Pertence, Carlos Velloso, Marco Aurélio, Ilmar Galvão, Maurício Corrêa e Nelson Jobim.

Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro.

Luiz Tomimatsu, Coordenador